

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 12

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - NOTÍCIAS
ANFIP

Audidores questionam Código do Contribuinte 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Campanha de Bolsonaro pretende gastar 31 vezes mais do que em 2018 5

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

STF cancela confisco dos atrasados do INSS, veja quem será beneficiado (Previdência)
..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Bolsonaro é um show de horror; Lula propõe soluções antigas 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Artigo: ESG made in Brazil, a química do país rico, verde e saudável 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tensão no Congresso por causa de PEC e CPI 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PEC dos benefícios sociais é a prioridade na Câmara 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com aumento da Selic, renda fixa isenta de IR atrai atenção de investidor 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economia supera previsões e retração pode ficar para 2023 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bancos saíram da pandemia mais capitalizados 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Desespero eleitoral do governo ajuda agro a atrair seu dinheiro (Artigo) 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Auxílio Brasil de R\$ 600 dobra aposta em formato ruim, dizem especialistas 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Criptomoedas, ano do perigo (Artigo) 27

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Endividamento para sobreviver (Editorial) 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Lira dá aval para unir PECs e acelerar a tramitação.....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
PEC será bomba para governo, diz Appy.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Congresso cai na trama de Bolsonaro contra Judiciário.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
STF acautela-se sobre PEC dos benefícios.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Raízes fiscais da inflação (Artigo).....	33

Audidores questionam Código do Contribuinte

Por Gleyson Tete, com edição de Nicolle Expósito

Inviabilizar a fiscalização tributária, favorecer grandes sonegadores e prejudicar os cofres públicos. Essas foram algumas das consequências apontadas por representantes de entidades fiscais caso a proposta que cria o Código de Defesa do Contribuinte (PLP 17/2022) seja aprovada no Congresso Nacional. O tema foi debatido durante reunião híbrida da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento da Receita Estadual realizada na tarde desta sexta-feira (1º) na Assembleia Legislativa (Ales).

Fotos da reunião da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento da Receita Estadual

O diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Francelino Junior, qualificou a iniciativa como um "Código dos Sonegadores". Para ele, a proposição trata a tributação de forma geral como algo nefasto, mas destacou que é o pagamento de **tributos** que garante as políticas públicas usufruídas por toda a população. "Impedir a cobrança tributária ou dificultar a fiscalização interessa a quem?", indagou.

Alguns pontos criticados por Francelino foram a possibilidade de as empresas reverterem uma multa aplicada por sonegação e o fiscal ter que pagar o valor na Justiça; a permissão de que empresas autuadas por ilícitos usufruam de benefícios fiscais e que possam continuar participando de licitações; e a redução do prazo de prescrição das dívidas tributárias de cinco para três anos.

Como exemplo, o auditor citou que dados estimam que a sonegação fiscal até o momento no país é de R\$ 311 bilhões. Enquanto isso, o arrecadado pelos estados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) até maio é de R\$ 289,63 bilhões. "A arrecadação dos estados, que é compartilhada com os municípios, é menor do que a sonegação. (...) A ONU nos considera um paraíso fiscal. A tributação no Brasil é alta para os pobres, não para os ricos", frisou.

Isac Falcão, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco Nacional), ressaltou que o projeto contém

dispositivos que dificultam e inviabilizam a cobrança dos contribuintes que mais devem. As principais críticas elencadas por ele foram a vedação da Fazenda Pública de editar atos normativos que interfiram na vida dos contribuintes e a participação de forças policiais nas operações de fiscalização apenas com decisão judicial.

De acordo com o presidente do Sindifisco, se a proposta for aprovada, deixar de pagar os **tributos** passará a ser uma vantagem em virtude das dificuldades de se fiscalizar as empresas. "É do interesse do contribuinte que a fiscalização funcione, é a garantia que ele vai pagar o que deve e não cobrir o que o outro deveria pagar e não pagou. A gente vê com muita preocupação esse projeto e muitos dos seus dispositivos", alertou.

Substitutivo

Já o presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, avaliou que o momento político não é bom para se discutir uma questão que interfere tanto no ordenamento tributário nacional e lastimou o fato do autor da matéria, o deputado federal Felipe Rigoni (União-ES), não ter procurado as entidades do Fisco antes de apresentar o projeto.

Ele defendeu a construção de um substituto que mude integralmente o PLP 17/2022. "Teria que facilitar a vida dos bons contribuintes e cobrar dos devedores contumazes. (O atual projeto) Traz uma falsa oposição entre o Fisco e a sociedade. O Fisco trabalha para a sociedade, é o que possibilita ter Justiça, saúde, educação...", ilustrou.

Para Spada, a matéria ataca a assimetria na relação entre a administração tributária e o contribuinte, que é necessária em virtude do princípio da supremacia do interesse público. Também se manifestou no sentido da necessidade de aperfeiçoamento da **legislação tributária** para que favoreça o combate dos **maus contribuintes** com maior eficácia, garantindo assim um ambiente saudável de negócios para todos.

Outros itens da proposição alvo de questionamentos por parte dos auditores foram a limitação do acesso da fiscalização à movimentação bancária e ao patrimônio de possíveis sonegadores; e a exigência de perícia

para comprovação de dolo da sonegação. Ainda foi criticado o fato de o parlamentar ter solicitado regime de urgência para o projeto, o que pode diminuir o espaço para negociações que possam mudar o texto da proposta.

Durante o encontro surgiu a informação que o relator da iniciativa na Câmara Federal, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), teria acatado algumas sugestões feitas pelas entidades fiscais e que havia protocolado nesta sexta um substitutivo que em breve estará disponível no sistema para análise dos auditores.

Presidente da Frente Parlamentar, a deputada Janete de Sá (PSB) reforçou que o intuito da reunião era dar mais publicidade à matéria para que a sociedade possa compreender o que está acontecendo. Ela lamentou a ausência de Rigoni no encontro (que foi convidado para o debate) e disse que a proposta defende sonegadores e desmonta a fiscalização tributária, prejudicando o erário público e, assim, políticas públicas, como as de saúde, educação e segurança.

Ao final da reunião, o presidente do Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Espírito Santo (Sindifiscal-ES), Geraldo José Pinheiro, leu a chamada "Carta de Vitória", que contém todas as reivindicações das entidades representativas de auditores federais, estaduais e municipais em relação ao PLP 17/2022. O documento foi aprovado por aclamação dos presentes e Janete se comprometeu a enviá-lo para todos os integrantes da bancada federal capixaba.

Além dos citados, participaram do evento a vice-presidente Executiva da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**, Eucélia Mergár; o vice-presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de **Tributos Municipais (Fenafim)** na Região Sudeste, Valdir Souza; o presidente da (Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de **Tributos** dos Municípios e do Distrito Federal (Anafisco), Cássio Vieira dos Santos; o presidente da Delegacia Setorial do Sindifisco no Espírito Santo, José Henrique Mauri; o diretor de Finanças e Patrimônio da **Anfip-ES**, Paulo Sérgio Nicolau; o presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual (Afites), Marco Antônio Alves; além de auditores fiscais aposentados e da ativa.

Site:

<http://www.al.es.gov.br/Noticia/2022/07/43272/auditores-questionam-codigo-do-contribuinte.html>

Campanha de Bolsonaro pretende gastar 31 vezes mais do que em 2018

Renan Truffi De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=1§ion=1

STF cancela confisco dos atrasados do INSS, veja quem será beneficiado (Previdência)

Cristiane Gercina

O governo federal não poderá mais confiscar os valores pagos em atrasados judiciais pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que não foram sacados pelos segurados em até dois anos, conforme decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) desta quinta-feira (30).

Por seis votos a cinco, os ministros do Supremo definiram que a lei 13.463, de 2017, instituída no governo **Temer**, é inconstitucional e não pode mais ser aplicada. Desde então, beneficiários que venciam o instituto na Justiça e não faziam o saque das RPVs (Requisições de Pequeno Valor) ou dos precatórios em até dois anos tinham os valores devolvidos ao Tesouro Nacional.

Precatórios e RPVs são dívidas judiciais do governo. Recebe por meio de precatório o cidadão que tem direito a um valor acima de 60 salários mínimos, o que dá a partir de R\$ 72.720 neste ano. O pagamento é feito uma vez por ano. Já as Requisições de Pequeno Valor são de até 60 salários e caem na conta do beneficiário dois meses depois da ordem de pagamento do juiz.

Pela lei, valores parados há mais de dois anos nas contas judiciais deveriam ser devolvidos. O confisco começou a ser feito em março de 2017, antes da publicação da legislação, e foi autorizado por portaria publicada pela AGU (Advocacia-Geral da União).

Na época, a intenção era recuperar cerca de R\$ 8,6 bilhões que estavam parados em mais de 490 mil contas em todo o país. A legislação determina que o tribunal deve notificar o credor sobre o resgate.

Além disso, a norma da AGU determinava que o dinheiro parado há mais de cinco anos fosse devolvido ao Tesouro em até 45 dias. A legislação permitia que o segurado fizesse novo pedido para ter os valores de volta.

A advogada Priscila Arraes Reino, do Arraes e Centeno Advocacia, afirma que todos os segurados que tiveram os valores dos atrasados confiscados poderão ser beneficiados pela decisão. Para ter o dinheiro de volta, no entanto, terão de entrar com ação na Justiça.

"Para reaver os valores já devolvidos ao ente público será necessária ação de restituição contra quem ficou com dinheiro, devido à inconstitucionalidade agora reconhecida", explica.

Segundo ela, em geral, o dinheiro fica "esquecido" porque, em muitos casos, a pessoa não sabe que o pagamento já foi feito, pois o processo demora anos para sair. Há ainda casos de herdeiros que não sabem que o segurado que morreu tinha direito aos valores.

Roberto de Carvalho Santos, presidente do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), diz que a habilitação de herdeiros no processo para receber os atrasados podia demorar, e a lei permitia que os valores fossem devolvidos aos cofres públicos.

"Foi uma grande decisão, pois quando o segurado não conseguia fazer o saque e tinha o dinheiro devolvido, tinha que fazer um novo pedido para rever os valores e, muitas vezes, esse dinheiro não era recuperado", diz.

No julgamento, prevaleceu o voto da ministra Rosa Weber, relatora da ação. Segundo ela, ao entender que o segurado não tem mais direito ao valor, a lei afronta os princípios da segurança jurídica, da garantia da coisa julgada (decisões judiciais definitivas) e do devido processo legal.

O ministro Alexandre de Moraes afirmou que a lei questionada criou restrição ao direito de receber o precatório, o que seria uma "inovação" em matéria constitucional. Além dele, votaram com Rosa Weber os ministros Edson Fachin, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia.

Já os ministros Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Nunes Marques, André Mendonça e Luiz Fux votaram contra, mas foram vencidos.

Procurada, a AGU (Advocacia-Geral da União), que defende o **INSS** na Justiça, não retornou até a publicação deste texto. O CJF (Conselho da Justiça Federal), responsável por repassar o dinheiro para pagar precatórios e RPVs aos tribunais regionais, também não respondeu.

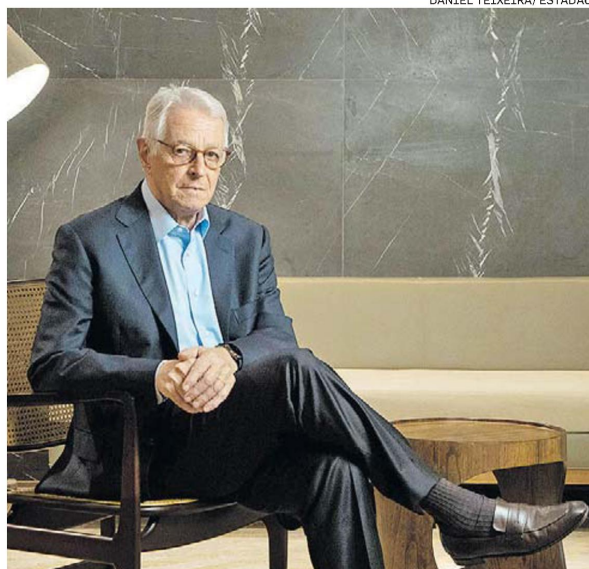
O TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região),

que atende São Paulo e Mato Grosso do Sul, afirmou que a devolução dos valores não sacados era feita pelos bancos.

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) informou que "a decisão não afeta o setor, pois a função dos bancos era meramente operacional". Os demais tribunais regionais também não se posicionaram.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/stf-cancela-confisco-dos-atrasados-do-inss-veja-quem-sera-beneficiado.shtml>

"Bolsonaro é um show de horror; Lula propõe soluções antigas



DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

'Proposta do PT está mais parecida com Dilma do que Lula 1', diz Passos

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA RICARDO GRINBAUM

ENTREVISTA: Pedro Passos, Um dos fundadores da Natura, Pedro Passos é formado em Administração pela FGV e em Engenharia da Produção pela USP

"Simone (Tebet) pode enriquecer o debate eleitoral, que está muito ralo com soluções antiquadas de um lado e trágicas de outro lado."

O empresário Pedro Passos está preocupado com as eleições. Um dos fundadores da Natura, Passos vê problemas sérios nas duas candidaturas favoritas. "A síntese do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) é um show de horror", disse, "(se vencer) ele vai levar a gente para uma situação muito grave por conta da situação institucional e da falta de compromisso com determinadas agendas econômicas, como a ambiental, que isola o Brasil." Em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o temor é de um projeto que considera ultrapassado e ineficaz com soluções antigas para problemas novos. "Quando analiso a proposta do PT, vejo que está mais parecida com o governo Dilma do que o Lula 1 (1.º mandato de Lula). Esse 1 faz toda diferença." Com outros empresários, ele ajuda a preparar propostas para o plano de governo de Simone Tebet. "Estou confiante de que, com a Simone, a discussão vai subir a barra." Passos acredita que quem ganhar a eleição tomará posse, apesar de todo o ruído político. "A gente sabe

que, pelo histórico dele, Bolsonaro não quer a democracia", disse.

"Mas, apesar de tudo, o Brasil tem ainda resistência a esse tipo de coisa." A seguir, os principais trechos da entrevista: Faltando três meses, o que esperar das eleições?

Sou um ativista pela terceira via. Independentemente de projeções eleitorais que eu não sei fazer, a melhor forma de colocar o Brasil no rumo é ter uma alternativa ao que está aparecendo nas pesquisas, Bolsonaro e Lula. Uma chapa Simone- Tasso dá consistência para as prioridades dessa terceira via. Fala muito mais de futuro do que as alternativas hoje.

O que o levou a fazer essa escolha pública?

Podemos adjetivar o que o governo Bolsonaro tenta fazer: destruir as instituições, a democracia, os regulamentos mínimos da lei eleitoral, uma atitude tosca do que o Brasil precisa.

Então, não precisa falar de programa de governo Bolsonaro porque a gente vive o programa Bolsonaro. A síntese é um show de horror. Ele sempre defendeu a ditadura, torturadores etc. Não tem surpresa em relação à biografia dele. Há surpresa em relação a certas coisas que ele disse na campanha e não fez. Seria um horror submeter o Brasil a mais quatro anos de bolsonarismo. Por outro lado, tenho acompanhado, e participei de um jantar com Lula.

Tentando extrair das próprias diretrizes do programa do PT, fico com uma sensação de que a gente está voltando ao passado, com soluções antigas para problemas novos.

Quais soluções?

Temos um cenário internacional mais complexo. Um País também mais complexo em termos de **inflação**, pobreza etc. Sabemos que o Brasil precisa de reformas. Por isso, acho que a Simone (Tebet) pode enriquecer o debate, que está muito ralo com soluções antiquadas de um lado e trágicas de outro.

Por que o debate em torno de ideias não acontece?

Estou confiante de que, com a Simone, a discussão

vai subir a barra. Hoje, não tem discussão.

Teve um encontro da CNI, e o Lula não foi. Ele está com uma postura mais eleitoral e menos de explicitar qual é o programa.

Alguns falam: "Não vai ser isso, na hora H vai mudar". Eu falo: já não deu certo em 2018.

Poderia dar exemplos de soluções antiquadas?

Tirar o teto de gastos, mas não define qual é o novo regime. **Reforma tributária** e administrativa superficiais. A agenda de aumento da produtividade não é prioritária. Crítica a preços de combustíveis, "abrasileirar os preços". Gostaria que me explicassem o que é isso. Não seguir a cotação do dólar? Isso é bobagem.

Alguém vai pagar a conta daqui a um, dois, três anos. A "política cambial não pode ser passiva".

Intervenção de câmbio, a gente sabe que não dá certo. Resistência às concessões de saneamento, Estado indutor do crescimento através de estatais, a Petrobras reintegrando a cadeia de distribuição e refino.

Você tem uma lista...

Já vimos onde isso vai dar. Tem a proposta do ativismo dos bancos públicos, sabemos que isso desequilibra o mercado de capitais de longo prazo. As políticas industriais. Tenho uma relação de políticas industriais. Teve o programa PSI, aquele em que o juro estava tão barato que tinha gente comprando caminhão para estocagem de mercadoria, e não para trafegar. Foram R\$ 316 bilhões em subsídios creditícios.

Há ainda os planos Brasil Maior, Inovar-Auto. Tem sentido subsidiar combustível fóssil para quem não está abaixo da linha de pobreza? Quando analiso a proposta do PT, está mais parecida com o Governo Dilma do que com o Lula 1 (2003/2006). Esse 1 faz toda a diferença.

A senadora está bem atrás nas pesquisas. As chances de a candidatura dela deslanchar são mais difíceis?

Ela vai se tornar mais conhecida a partir da convenção. Torço para que se confirme o nome do Tasso, que vai dar consistência econômica e socioambiental ao programa. O Brasil precisa de uma discussão madura a respeito de futuro, de prioridades, integrando políticas públicas com parceria privada. Pela situação de guerra e pandemia, tem uma baita oportunidade para o Brasil que é a atração do capital

que está circulando no mundo. Tem um caminho para fazermos uma agenda econômica verde, e o Brasil tem uma grande vantagem porque vamos gerar crédito de carbono mais barato.

Qual o seu envolvimento na campanha de Simone?

Um grupo de empresários trabalha há dois anos para buscar alternativa à polarização. Para nós, é importante o País ser pacificado.

Agora afunilou o nome da Simone, e procuramos ajudar com formulações e ideias.

Qual o cenário que você vê com Bolsonaro ou Lula?

O Bolsonaro vai levar a gente para uma situação muito grave por conta dessa coisa institucional, a falta de compromisso com certas agendas econômicas, como a ambiental, que isola o Brasil.

Além de ser uma tragédia para a saúde. Na educação, o que está acontecendo com quatro ministros em três anos de governo. O armamento da população... É um atraso civilizatório. O Lula é o diagnóstico de que as formulações não vão dar certo. Se não trabalhar a agenda de produtividade, não vamos colocar o Brasil em condições de igualdade com os outros países.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Artigo: ESG made in Brazil, a química do país rico, verde e saudável

Correio Braziliense

Este é o Brasil da década de 2050: quarta maior indústria química global, líder mundial em química de renováveis e biocombustíveis, gerador de soluções sustentáveis para todas as cadeias de produção. Nossa economia é circular - o que significa que resíduos se tornaram insumos -, nossas emissões de gases de efeito estufa estão zeradas e somos capazes de gerar energia limpa em abundância. Somos finalmente um país sem fome, com um sistema de saúde eficiente e acessível, com água limpa abundante e florestas preservadas. Temos uma infraestrutura de educação, ciência e tecnologia pujante e nos tornamos um país rico. De geradores de 2% da riqueza mundial passamos para 15%. Mas como chegamos aqui? Sabemos que, no início dos anos 1920, veio a pandemia da covid-19, que causou rupturas temporárias nas cadeias de suprimento global e impactou de forma diferente setores diferentes da economia. Em seguida, a invasão russa na Ucrânia afetou o comércio global de gás e fertilizantes e fez governos repensarem suas estratégias de nação.

Felizmente, os governos brasileiros na década de 1920 agiram rápido. Em primeiro lugar, foram capazes de compreender a necessidade estratégica de uma nação crescer baseada em uma indústria forte. Fez-se a **reforma tributária** seguida de um processo de abertura econômica que reduziu gradativamente alíquotas de importação, ao mesmo tempo em que criava condições de competitividade em questões estruturais: logística, energia e matéria-prima. Combateu as práticas desleais que o país sofria, como o dumping, que chegou a níveis inéditos naquela década, encaixando o país no trilho das melhores práticas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É preciso lembrar que, naquela época, o custo de energia, matéria-prima e **tributos** no Brasil era significativamente maior do que nos Estados Unidos, na Alemanha, na China e outros competidores.

Cabe reforçar que uma indústria forte requer na base um sistema educacional impecável, da pré-escola à pós-graduação. Com condições de competitividade, a indústria química passou a atender em maior volume a demanda interna por insumos de todos os segmentos industriais. Houve um crescimento na geração de empregos qualificados, e os níveis de ociosidade da

fábrica caíram de 30% em média para 5%. Os reflexos foram percebidos no **PIB**, que voltou a crescer - e a níveis satisfatórios.

Paralelamente à criação de competitividade, governo, iniciativa privada e sociedade civil, embasados pela ciência, compreenderam a necessidade de - assim como os principais países do hemisfério norte - criar condições para a disseminação de tecnologias mais sustentáveis, desenvolvidas no Brasil ou no exterior. Isso foi feito tanto na forma da indução de investimentos, quanto na criação de arcabouços legais modernos e eficientes para a regulação de substâncias químicas e para o mercado de carbono.

Na década de 1920, a indústria química instalada no Brasil já possuía excelentes vantagens na questão da sustentabilidade, como uma matriz energética limpa e a tecnologia de bioplásticos e biocombustíveis. Já operávamos biorrefinarias, começávamos a produzir hidrogênio verde e havia muita pesquisa na área de captura, estocagem e uso de carbono. Já conseguíamos reciclar quimicamente alguns plásticos, sobretudo aqueles de uso descartável com estações descentralizadas de pirólise, e iniciávamos a caminhada para a economia circular. As condições criadas para facilitar o investimento nas tecnologias que a sociedade demandava rapidamente surtiram efeito. Produtos brasileiros deixaram de ser barrados nos exigentes mercados importadores com benefícios refletidos em setores como o agronegócio, o têxtil e tantos outros exportadores.

A vida, tanto em nossas cidades quanto no campo, ficou mais limpa, rica e saudável. Criamos uma rede descentralizada de reciclagem mecânica e química, baseada na ciência, apropriada para os diferentes perfis de resíduos gerados em cada região, que gera riqueza desde a coleta ao retorno do insumo à cadeia produtiva. Desenvolvemos tecnologia para fazer isso com plástico, o lixo eletrônico, restos orgânicos e de alimentos, tudo. Aprendemos a capturar todo o CO² emitido tanto por fontes estacionárias quanto móveis, quanto aquele disperso na atmosfera. Fizemos o ESG made in Brazil.

Olhando para trás, não foi difícil. A resposta dada pela ciência e a indústria química aos desafios **impostos** pela pandemia e a guerra já mostrava o avançado estágio em que estávamos em 2022. Foi preciso,

porém, muita vontade política de todos os atores envolvidos, para perceber que futuro do Brasil rico, verde e saudável exigiria um planejamento de Estado para o desenvolvimento industrial estrategicamente orientado, que deixasse de lado o velho costume brasileiro de empurrar problemas com a barriga sob o calendário dos mandatos presidenciais e legislativos: organizado em missões por temas, institucionalizado sob uma coordenação clara e forte e impulsionador de setores industriais presentes na base de qualquer paradigma tecnológico, essenciais para a segurança na cadeia de suprimentos local e viabilizadores do novo padrão produtivo. Quando essa ideia foi para o centro da agenda política, tudo ficou fácil.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2022/07/5019811-artigo-esg-made-in-brazil-a-quimica-do-pais-rico-verde-e-saudavel.html>

Tensão no Congresso por causa de PEC e CPI



denise rothenburg

A 12 dias do recesso parlamentar, o Congresso decide esta semana sobre dois temas que podem mexer com o humor dos brasileiros neste ano eleitoral. Na Câmara, a PEC das Bondades, com aumento do Auxílio Brasil, criação do voucher caminhoneiro e outras benesses.

No Senado, espera-se uma definição sobre a CPI do Ministério da Educação, para investigar as denúncias de favorecimento a pastores evangélicos na gestão do exministro Milton Ribeiro.

A PEC tem tudo para ser aprovada, mas a CPI é uma incógnita.

O foco da semana estará nos deputados, que hoje começam a debater e criar lastros para aprovação do texto sem que possa ser derrubado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que o Novo ameaça ir à Corte contra o texto que passou no Senado a menos de quatro meses da eleição.

Hoje, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem reunião com a consultoria jurídica da Casa e o relator da PEC, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), para embasar o discurso do estado de emergência, a fim de evitar problemas com o STF.

"Querem transformar o Supremo em poder moderador. Não é possível que tudo seja judicializado, sob pena de comprometer a chegada desses benefícios às famílias", diz Forte.

No jogo político, o placar de ampla maioria no Senado

(72 a 1) tem tudo para se repetir na Câmara.

A aposta dos parlamentares é de que se a PEC for chancelada por ampla maioria, os ministros do STF não terão condições de fechar posição contrária ao que foi decidido por maioria do Poder Legislativo, com aval do Executivo - seria o STF contra os dois outros Poderes da República. E dadas as batalhas que a Corte tem travado, há quem diga que o Supremo não vai barrar uma proposta que sequer foi analisada pela Câmara.

Risco STF

Os líderes avaliam que, hoje, esse "risco STF" é o único que envolve a PEC. A oposição tende a votar a favor, porque não quer dar ao presidente Jair Bolsonaro (PL) o discurso de que o PT e seus aliados foram contra o aumento do Auxílio Brasil ou da criação do voucher caminhoneiro.

Tanto é que, em alguns locais, o pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva já disse que, se eleito, tornará esse valor permanente.

Em Salvador, no final de semana, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), discursou dizendo que "Bolsonaro está desesperado" e que está, inclusive, dando "benefício para o povo brasileiro, coisa que ele não deu em três anos e meio". Ela deu o tom do que o partido dirá nos palanques a respeito da PEC: "Eu já vi gente dizendo assim: "Ele só está fazendo isso por causa do Lula. Vamos ganhar o benefício por causa do Lula", observou.

Com o discurso de palanque resolvido, resta o jogo congressual, onde o PT tentará tirar velocidade dessa proposta que ajuda Bolsonaro eleitoralmente. Depois da reunião com os consultores, Lira se reunirá, amanhã, com os líderes de oposição de manhã.

E com os do Centrão e do centro na hora do almoço, para fechar a junção da PEC das Bondades com a PEC 15, que trata dos biocombustíveis e já estava sob a relatoria de Forte. O deputado Carlos Zaratini (PT-SP) considera absurda a junção das duas. "Tratam de assuntos diferentes", observa.

Se o PT insistir em não aceitar a junção, restará a Lira seguir por esse caminho apenas com os partidos

aliados do governo.

Amanhã, há, inclusive, uma audiência pública sobre a PEC 15 para debater o biodiesel como substituto do diesel derivado do petróleo, atualmente em falta no mercado, reflexo da guerra na Ucrânia.

Inicialmente, a PEC das Bondades estava orçada em R\$ 29 bilhões e destinada a compensar os estados que zerassem os **impostos** sobre o diesel. O governo federal buscou a saída mais rápida para aliviar a vida dos caminhoneiros e uma coisa puxou a outra. Veio a criação do voucher caminhoneiro de R\$ 1 mil, a proposta de dobrar o vale-gás, passando para R\$ 120, o Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600 e outros dois benefícios: o auxílio taxista e a suplementação orçamentária do Alimenta Brasil, que dá incentivo à agricultura familiar, à pesca artesanal e outros. O custo total da PEC está em R\$ 41,2 bilhões.

Pacheco quer dividir decisão com líderes

Pressionado pelos governistas a não instalar a CPI do MEC e pela oposição a deixar a comissão em funcionamento antes do recesso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), dividirá essa responsabilidade com os líderes partidários na reunião de amanhã e será contestado pela oposição.

"Disse a ele que não faça isso.

Consultar os líderes sobre um direito da minoria é o mesmo que consultá-los sobre se cabe habeas corpus. Não há consulta a líderes nesse tema", diz o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

"Se não houver a leitura do pedido de CPI esta semana, vamos ao Supremo, da mesma forma que fomos para a instalação da CPI da Covid", acrescenta.

Pacheco quer dividir as responsabilidades e o governo deseja controlar a CPI. Inclusive, quer se aproximar do PSD para que sejam indicados para o colegiado - se for instalado - senadores mais simpáticos ao Planalto ou, no mínimo, neutros.

Até chegar a esse ponto de escolha dos integrantes, porém, a negociação será árdua e Pacheco tentará vencer na argumentação.

Ele já disse a alguns aliados que, na última terça-feira, apresentará suas ponderações sobre as dificuldades de se fazer CPIs em pleno processo eleitoral.

Uma das preocupações de Pacheco é que metade dos senadores estará envolvida com as eleições. Embora apenas um terço dos parlamentares esteja em fim de mandato, há outros concorrendo a governos estaduais

ou à Presidência, caso da chapa Simone Tebet e Tasso Jereissati.

No DF, por exemplo, os três - Izalci Lucas (PSDB), Leila Barros (PDT) e Reguffe (Podemos) - lançaram suas pré-candidaturas ao governo local. Nesse sentido, Pacheco dirá ainda que não há senadores suficientes para todas as CPIs, se for para deixar o trabalho apenas nas mãos daqueles que não terão participação no processo eleitoral.

Ainda que a oposição consiga a leitura do pedido em plenário, não caminhará rápido. Se a maioria dos líderes decidir pela investigação, o governo tentará arrastar a instalação segurando as indicações.

De quebra, insistirá no respeito à leitura e instalação dos pedidos de CPI por ordem de chegada, o que deixa a CPI do MEC no final da fila. (DR)

PEC dos benefícios sociais é a prioridade na Câmara



Arthur Lira com Jair Bolsonaro, em evento em abril: presidente quer urgência na aprovação da PEC para começar a pagar benefícios em agosto

Denise Rothenburg

A12 dias do recesso parlamentar, o Congresso Nacional decide nesta semana sobre dois temas que podem mexer com o humor dos brasileiros neste ano eleitoral. Na Câmara, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 1/2022 - que concede benefícios de R\$ 41,2 bilhões para famílias de baixa renda, caminhoneiros e taxistas até o fim do ano -, é prioridade absoluta do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), como ele mesmo já adiantou na semana passada. Já aprovada com folga no Senado na semana passada, deve passar também sem problemas pelos deputados. De autoria do senador Alexandre Silveira (PSD-MG) e relatoria do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), obteve 72 votos favoráveis e apenas um contra. O objetivo de Lira é votar a PEC em comissão especial na quarta-feira e no plenário em dois dias ou até a próxima segunda-feira. Já a instalação da CPI do MEC no Senado, a fim de investigar as denúncias de favorecimento a pastores evangélicos na liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FN-DE) na gestão do ex-ministro Milton Ribeiro, ainda é uma incógnita. Isso por causa da forte resistência da base do governo, que pressiona para abertura de outras CPIs que já estavam na fila, como a das ONGs que atuam na Amazônia.

O foco principal da semana estará entre os deputados, que hoje começam a debater e criar lastros para aprovação da PEC 1/2022 sem que possa ser derrubada pelo Poder Judiciário, uma vez que o partido Novo ameaça ir ao Supremo Tribunal Federal contra a proposta aprovada pelo Senado na semana passada, a menos de quatro três da eleição. Hoje,

Arthur Lira tem reunião com a consultoria jurídica da Casa e o relator da PEC, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), para lastrear o discurso da criação de estado de emergência, a fim de evitar problemas com o STF. "Querem transformar o Supremo Tribunal Federal em poder moderador, não é possível que tudo seja judicializado, sob pena de comprometer a chegada desses benefícios às famílias. Quem tem fome tem pressa e precisamos ter conforto jurídico para a concessão dos benefícios", diz o relator.

Como a legislação proíbe a criação de benefícios sociais em ano eleitoral, foi incluída na PEC 1/2022 a expressão "estado de emergência", devido ao aumento no preço dos combustíveis, que impacta na **inflação** e, conseqüentemente, no bolso dos consumidores. Um dos benefícios é o "voucher caminhoneiro" de R\$ 1.000 para profissionais autônomos cadastrados em registro nacional até 31 de maio deste ano. Com o estado de emergência (Lei 9.504, de 1997), a PEC não precisa respeitar o teto de gastos, a regra de ouro ou os dispositivos da Lei de Responsabilidade Social que exigem compensação por aumento de despesa e renúncia de receita. Os recursos serão liberados por meio de créditos extraordinários, fora do teto de gastos, dispositivo que limita as despesas públicas.

No jogo político, após o placar de ampla maioria no Senado, a aposta dos deputados é de que, se a PEC for reforçada por ampla maioria também, os ministros do STF não terão condições de fechar posição contrária ao que foi decidido com facilidade no Legislativo com aval do Executivo. Seria o STF contra os dois outros Poderes da República. E dadas as batalhas que o STF tem travado, há quem diga por lá que o Supremo não vai barrar uma proposta que nem sequer foi analisada ainda pela Câmara.

líderes avaliam o "risco STF"

Os líderes avaliam que hoje o "risco STF" é o único que envolve a PEC. A oposição tende a votar a favor, porque não quer dar ao presidente Jair Bolsonaro o discurso de que o PT e seus aliados foram contra o aumento do Auxílio Brasil ou da criação do auxílio caminhoneiro. Tanto é que, em alguns locais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principal adversário de Bolsonaro na corrida presidencial, já disse que, se eleito, tornará esse valor permanente.

Depois da reunião com os consultores hoje, Lira se reunirá amanhã com os líderes de oposição pela manhã e os do Centrão e centro na hora do almoço, para fechar a junção da PEC 1/2022 com a PEC 15, que trata dos biocombustíveis, que já estava sob a relatoria de Danilo Forte. Amanhã, há inclusive uma audiência pública, porque a PEC 15 inclui o biodiesel e a capacidade desse combustível substituir o diesel derivado do petróleo, atualmente em falta no mercado, reflexo da guerra na Ucrânia.

Passada a audiência, ele prepara o relatório da PEC para votação na quarta-feira, na comissão especial, a fim de seguir imediatamente para o plenário.

No "cenário Disney", ou seja, o ideal traçado por alguns líderes, a PEC estará aprovada no mais tardar na próxima segunda-feira, para o pagamento dos benefícios já em agosto, na largada da campanha eleitoral.

Inicialmente, a PEC 1/2022 era a PEC dos Combustíveis, orçada em R\$ 29 bilhões e destinada a compensar os estados que zerassem os **impostos** sobre o diesel. O governo federal, ao perceber que os governadores não seguiram por esse caminho, buscou a saída mais rápida para aliviar a vida dos caminhoneiros e uma coisa puxou a outra. Veio a criação do auxílio caminhoneiro de R\$ 1 mil, a proposta de dobrar o vale-gás, passando para R\$ 120, o Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600 e outros dois benefícios: O auxílio os taxistas, incluído no Senado Federal, e a suplementação orçamentária do Alimenta Brasil, que dá incentivo à agricultura familiar, à pesca artesanal e outros. (Com agências)

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/04/07/2022/p1>

O QUE FOI APROVADO NO SENADO

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO (PEC) 1/2022

AUXÍLIO BRASIL: R\$ 26 BILHÕES

- ✓ Benefício mensal passa de R\$ 200 para R\$ 400 até dezembro

AUXÍLIO-GÁS: R\$ 1,05 BILHÃO

- ✓ Parcela extra bimestral no valor de 50% do valor médio do botijão de 13kg

AUXÍLIO PARA CAMINHONEIROS: R\$ 5,4 BILHÕES

- ✓ Voucher de R\$ 1 mil mensais para autônomos cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC)

AUXÍLIO PARA TAXISTAS: R\$ 2 BILHÕES

- ✓ Motoristas cadastrados até 31 de maio de 2022

GRATUIDADE PARA IDOSOS: R\$ 2,5 BILHÕES

- ✓ Transferência para estados e municípios para custear a gratuidade no transporte público para cidadãos acima de 65 anos

CRÉDITO PARA ETANOL: R\$ 3,8 BILHÕES

- ✓ Auxílio mensal para estados que outorgarem créditos tributários do ICMS para produtores e distribuidores de etanol hidratado

ALIMENTA BRASIL: R\$ 500 MILHÕES

- ✓ Reforço para o programa que promove compra de alimentos de pequenos produtores para destinação a famílias em situação de insegurança alimentar

TOTAL: R\$ 41,25 bilhões

Com aumento da Selic, renda fixa isenta de IR atrai atenção de investidor

Lucas Bombana

A sequência de aumentos na taxa Selic iniciada em março de 2021 pelo BC (Banco Central), da mínima histórica de 2% para os atuais 13,25% ao ano, tem aumentado cada vez mais a atratividade dos títulos de renda fixa sob a ótica dos investidores brasileiros.

Dentro da classe, uma recomendação que tem se destacado nas conversas dos especialistas de investimento com os clientes diz respeito aos títulos isentos de IR (Imposto de Renda) para o investidor pessoa física.

Com a alta da taxa básica de juros, o mercado tem oferecido aos investidores títulos emitidos por grandes empresas, sem cobrança de **impostos**, com retorno real, ou seja, acima da **inflação**, em torno de 6% ao ano.

Diretor de investimentos do Santander Private Banking, Christiano Clemente afirma que os papéis de renda fixa que contam com o benefício tributário se dividem em dois grandes grupos.

Um deles é formado pelas letras de crédito emitidas por instituições financeiras -LCIs (Letras de Crédito Imobiliário), LCAs (Letras de Crédito Agrícola) e LIGs (Letras Imobiliárias Garantidas).

Além de contarem com a isenção do IR, as duas primeiras têm ainda a cobertura do FGC (Fundo Garantidor de Créditos), associação que garante o valor aportado pelo investidor até o limite de R\$ 250 mil por CPF e conglomerado financeiro, em caso de eventuais problemas que a instituição emissora venha a sofrer no meio do caminho.

Já a LIG não tem a cobertura do FGC, mas conta com uma dupla garantia: da própria instituição financeira que emitiu os títulos e uma carteira de financiamentos imobiliários, que fica separada do patrimônio do banco. Portanto, caso o banco venha à falência, esse conjunto de créditos imobiliários tem como papel honrar o compromisso de pagamento aos investidores.

Clemente acrescenta que, além das letras financeiras, há os títulos isentos de renda fixa de caráter corporativo -CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários), CRAs (Certificados de Recebíveis do

Agronegócio) e debêntures incentivadas de infraestrutura.

Nesses casos, os investimentos não têm a cobertura do FGC ou das instituições financeiras, com o investidor ficando sujeito ao risco de crédito da empresa emissora do título.

Demais aplicações de renda fixa, como CDBs (Certificados de Depósito Bancário), fundos e títulos públicos, têm a incidência do IR pela tabela regressiva, em que as alíquotas de IR diminuem com o tempo - começam em 22,5% e caem até 15%, para prazos que variam de seis meses a dois anos.

Segundo o especialista da área de private banking do Santander, a isenção fiscal, além de beneficiar o investidor de varejo, busca também fomentar setores importantes para a dinâmica econômica do país.

"A isenção de imposto gera um custo menor para as empresas terem acesso aos empréstimos, o que, em tese, faz com que a economia gire de maneira mais fluida", diz Clemente.

Dados da B3 mostram que os investimentos isentos de IR têm atraído o interesse de um público crescente desde dezembro de 2020, acompanhando de perto o processo de alta da taxa Selic.

"Esses títulos realmente chamam bastante a atenção dos investidores pessoa física, justamente por causa da isenção", afirma Camilla Dolle, chefe de renda fixa da XP.

A especialista da XP diz que o fato de as letras de crédito oferecerem ao investidor o benefício adicional da cobertura pelo FGC acaba pesando para uma demanda maior dos investidores de varejo por esses ativos.

Levantamento da Bolsa brasileira realizado a pedido da Folha indica que o mercado de títulos isentos registrou nos primeiros cinco meses do ano volumes bem acima dos observados em igual período do ano passado.

As LCAs emitidas de janeiro a maio somaram R\$ 115,3 bilhões, ante R\$ 52,4 bilhões no mesmo intervalo de 2021. Já as LCIs emitidas somaram R\$

70,7 bilhões, ante R\$ 33 bilhões no ano passado, enquanto as LIGs somaram R\$ 19,8 bilhões, ante R\$ 8,2 bilhões em igual período de 2021.

"À medida que os juros sobem, naturalmente a renda fixa fica mais atrativa, e a renda variável, menos", diz Fabio Zenaro, diretor de produto, balcão e novos negócios da B3.

Ele acrescenta que, dentro do grupo de títulos isentos, aqueles voltados ao agronegócio têm se destacado ainda mais que os pares, em um cenário macroeconômico desafiador, no qual o setor agrícola vem demonstrando resiliência diante da demanda pujante em escala global.

Entre os títulos corporativos, a tendência se repete - a emissão de CRAs atingiu R\$ 11,7 bilhões, de janeiro a maio, ante R\$ 8,5 bilhões no mesmo intervalo do ano anterior. No caso dos CRIs, o volume foi de R\$ 11,5 bilhões, ante R\$ 11,3 bilhões em igual período de 2021.

Os dados da B3 indicam ainda que, entre as debêntures incentivadas de infraestrutura, o estoque total, que era de R\$ 136,4 bilhões em maio de 2021, saltou para R\$ 192,5 bilhões, em maio deste ano.

Estrategista de investimentos do Itaú Unibanco responsável por crédito privado, Vanessa Müller afirma que, pelo fato de as letras de crédito contarem com a garantia do FGC, e, em média, terem prazos de vencimento mais curto, entre um e dois anos, tendo como indexador na maioria dos casos o CDI, elas acabam entrando mais no radar do investidor pessoa física de varejo.

Entre as operações de letras de crédito em CDI, diz a especialista, é comum que as emissões saiam em um percentual em torno de 90% a 95% do CDI, que, com a isenção do IR, corresponde ao equivalente a algo como 110% a 115% do benchmark, considerados investimentos com a taxa de tributária.

No caso dos certificados e das debêntures, em que não há a proteção pelo fundo garantidor, e em que os prazos costumam ser mais extensos, com indexação majoritariamente ao IPCA, os investidores pessoa física com maior volume financeiro, dos segmentos de alta renda e private, tendem a ser mais presentes nas ofertas, diz a especialista.

Executivo responsável pela área de mercado de capitais do UBS BB, Samy Podlubny diz que operações recentemente estruturadas pela casa de empresas de grande porte, como um CRA da Raizen e um CRI da CSN Cimentos, saíram com taxas de retorno ao redor de IPCA mais 6% ao ano.

"Na minha visão, emprestar dinheiro para empresas desse porte e ganhar uma taxa real de 6% livre de IR é um ótimo investimento", diz Podlubny, acrescentando que o instrumento, por si só, não é o que define o nível de retorno que o investidor vai obter com o negócio, sendo preciso levar em conta principalmente o risco de crédito da empresa que está fazendo a emissão do instrumento.

O executivo do UBS BB assinala que, para empresas de menor porte e não tão conhecidas pelo público geral, a taxa real de retorno pode beirar a marca dos 10% nos títulos corporativos com isenção fiscal. Nesse caso, contudo, se faz necessária uma análise mais minuciosa a respeito da saúde financeira das operações antes de realizar o aporte, afirma.

"Para o investidor menos sofisticado, o ideal é que ele se atenha aos nomes mais conhecidos, das maiores empresas", diz o especialista. Ele lembra que as emissões contam com ratings atribuídos pelas agências de classificação de risco, sendo essa uma boa métrica de avaliação para o investidor mensurar o nível de risco que deseja assumir.

Podlubny afirma que, além do risco de crédito, o investidor também precisa estar atento ao prazo de vencimento das operações. Segundo ele, as emissões dos títulos, via de regra, têm um horizonte de médio e longo prazo, com prazos que podem variar de dois a cinco anos, mas que, em alguns casos, podem ser ainda mais extensos, chegando aos dez anos até o vencimento final.

Caso queira sair antes, é possível vender os papéis no chamado mercado secundário, em que os detentores dos papéis conseguem se desfazer dos títulos, com a negociação para outros agentes de mercado.

Nesse caso, no entanto, o rendimento contratado no momento da aquisição não é garantido, com a possibilidade de a venda ser feita com algum ganho, ou prejuízo, em relação ao inicialmente previsto, a depender das condições de mercado no momento da venda.

Para investir nos títulos isentos, é preciso ter conta em banco ou em corretoras, sendo possível aplicar diretamente por meio da seção de renda fixa dos aplicativos, ou com o assessoramento de especialistas de investimento e gerentes bancários.

Confira aqui o passo a passo para abrir uma conta digital nas principais instituições financeiras do mercado.

Os valores mínimos de aporte variam de acordo com a

instituição financeira. No caso da Órama, Ricardo Teófilo, chefe de renda fixa da plataforma, diz que os investimentos nos títulos isentos começam a partir de R\$ 1.000. Na XP e no Itaú, os aportes mínimos também são de R\$ 1.000.

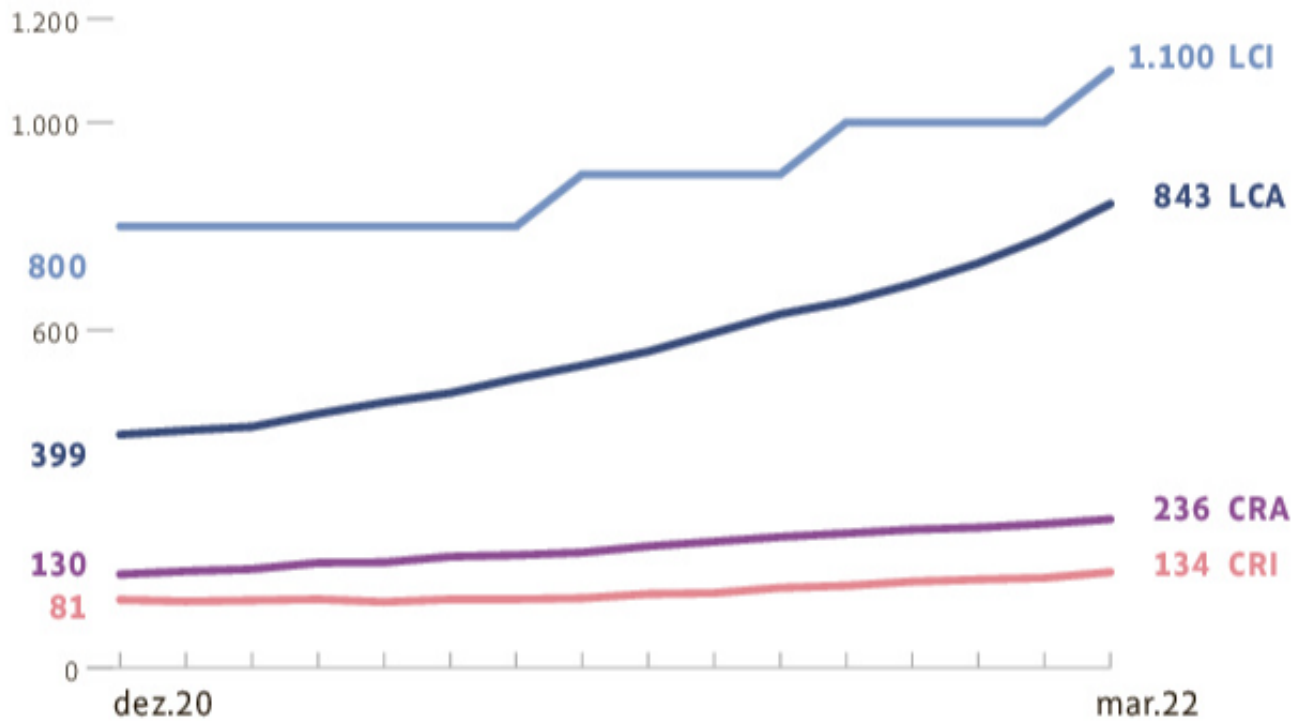
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

62

Evolução da base de investidores de títulos isentos de IR

Em milhares de CPFs



Fonte: B3

Economia supera previsões e retração pode ficar para 2023

Anais Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=1§ion=1

Bancos saíram da pandemia mais capitalizados

Álvaro Campos De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262

Desespero eleitoral do governo ajuda agro a atrair seu dinheiro (Artigo)

Marcos de Vasconcellos *Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado*

A três meses do primeiro turno das eleições, o governo federal estimula uma abertura a fórceps dos cofres públicos. O exemplo mais óbvio é a PEC dos Auxílios -também apelidada de PEC Kamikaze ou PEC do Desespero-, que tem ocupado, merecidamente, as manchetes dos últimos dias. Para quem investe ou quer investir, há ainda outra iniciativa recém-anunciada que precisa estar no radar: o Plano Safra.

A famigerada PEC do Desespero, você já deve saber, servirá para distribuição de dinheiro para caminhoneiros e taxistas, enquanto aumenta o valor pago no Auxílio Brasil e no Auxílio Gás, furando, ou melhor, demolindo o teto de gastos públicos.

Assim, Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, em plena contradição, ao mesmo tempo que aumentam os juros -para diminuir a demanda e controlar a **inflação**-, tentam distribuir dinheiro fora do teto de gastos, gerando desconfiança no mercado internacional e aumentando a demanda. O efeito esperado disso é, adivinhe só, mais **inflação**.

Além dessa manobra pouco ortodoxa, que deve influenciar a estratégia de players nacionais e internacionais, o Plano Safra, anunciado na quarta-feira (29), precisa estar no foco de quem busca oportunidades de investimento.

Nunca houve tamanho financiamento da produção agropecuária do país quanto a que agora se anuncia. São R\$ 340,8 bilhões para fomento à produção agropecuária brasileira, o que significa um aumento de 36% em relação à última safra.

E a abertura de torneiras para irrigar o agro vem justamente no momento em que batemos o recorde de produção nos campos.

Nas previsões da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a safra de grãos, oleaginosas, leguminosas e cereais 2021/2022 será recorde, entre 3,5% e 6,5% acima da última.

De acordo com o IBGE, o crescimento da estimativa é explicado pelo desempenho da produção do milho, do

trigo e da soja. O milho, com a soma de suas duas safras, deve totalizar 112 milhões de toneladas. É um crescimento de 27,6% na comparação com o que foi produzido no ano passado.

Espaço para crescer não falta. O Brasil possui potencial para ao menos dobrar suas áreas de plantio (cerca de 9% do território) por meio da conversão de pastagens subutilizadas. Ou seja: sem o desmatamento de áreas adicionais e mantendo 66% do nosso território destinado à conservação, segundo dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).

A vantagem competitiva é tamanha que o país concentra um potencial de expansão agrícola maior do que o de todos os outros continentes (exceto a América do Sul) juntos.

O Plano Safra é, em um resumo prático, um programa para garantir linhas de crédito aos produtores. Com a falta de insumos -como fertilizantes- ocasionada pela Guerra da Ucrânia, os valores destinados ao programa são essenciais para vislumbrar os próximos passos do setor.

É importante notar que a maior parte do aumento do novo plano veio da linha de recursos com juros livres, ou seja, que são garantidos, mas oferecidos a preço de mercado. Esse perfil de crédito teve aumento de 69%, e é ele que costuma irrigar os grandes produtores.

Nos recursos com juros controlados, ou seja, no dinheiro mais barato do que o disponível no mercado -oferecido para iniciativas como a agricultura familiar e a recomposição de reservas legais-, a ampliação foi de 18%.

O novo Plano Safra também aumentou, de 50% para 70%, a possibilidade de uso dos recursos das LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio). A ideia do governo é que a medida gere uma maior participação do mercado de finanças privadas do agro.

Com a abertura de torneiras em meio à produção recorde, o novo Plano Safra deve criar bons caminhos para investidores que buscam aproveitar o atual momento favorável da produção, a alta demanda por alimentos, gerada com a crise global que se arrasta há

mais de dois anos, e o dólar nas alturas, que melhora as margens de lucro dos exportadores, ainda que com o maior custo dos insumos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

62

Auxílio Brasil de R\$ 600 dobra aposta em formato ruim, dizem especialistas



Propaganda do Auxílio Brasil em casa na favela de Heliópolis, em SP Nelson Almeida - 21.dez.21/AFP

Idiana Tomazelli

Além do caráter eleitoral da medida, a ampliação do valor mínimo do Auxílio Brasil para R\$ 600 é alvo de críticas de especialistas em políticas sociais, para quem o governo dobra a aposta em um desenho considerado ineficiente e desigual.

A fixação do valor mínimo por família ocorre independentemente do número de integrantes ou do grau de pobreza, o que contribui para criar distorções. Famílias com maior número de crianças, por exemplo, acabam recebendo um valor por pessoa menor do que é pago a beneficiários sem filhos.

Além disso, a fila de espera pelo programa será zerada, mas apenas para famílias que estiverem habilitadas na data de implementação das medidas. Dali para a frente, nada impedirá a formação de novas filas.

A elevação temporária dos repasses do programa Auxílio Brasil é uma das medidas incluídas na PEC (proposta de emenda à Constituição) aprovada pelo Senado na quinta-feira (30).

O texto dá carta branca ao presidente Jair Bolsonaro (PL) para furar o teto de gastos, ignorar as restrições da Lei Eleitoral e usar R\$ 41,25 bilhões para turbinar programas sociais a três meses das eleições. O presidente busca a reeleição, mas está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto.

O valor mínimo de R\$ 600 remete ao primeiro desenho do auxílio emergencial, criado em 2020 para socorrer

famílias vulneráveis em meio à crise provocada pela pandemia de Covid-19. O pagamento da ajuda proporcionou um dos melhores momentos da popularidade de Bolsonaro.

Como política pública, porém, a fixação de um piso por família contribui para ampliar desigualdades e corroer a solidez do Cadastro Único, base de dados criada em 2001 e que virou referência para identificar quem são e onde estão os brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza.

A oferta de um valor mínimo por família incentivou a divisão dos cadastros na expectativa de receber o benefício em dobro. Uma "estratégia de sobrevivência" diante da **inflação** e do aumento da pobreza e da fome, afirma a vice-presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, Tatiana Roque.

"A literatura mostra que pessoas em situação de pobreza têm estratégias de sobrevivência baseadas na experiência social. As novas famílias do Auxílio Brasil estão se dividindo para ter direito duas vezes ao benefício", diz.

Entre novembro de 2021 e abril de 2022, o número de famílias de um só integrante recebendo o Auxílio Brasil saltou de 2,2 milhões para 3,7 milhões, um crescimento de 66,3% em poucos meses. Já o registro de famílias com seis integrantes ou mais vem caindo ao longo do tempo.

O economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas), afirma que o governo está "dobrando a aposta" em uma política que não está bem desenhada, justamente por tratar de forma igual cidadãos com diferentes graus de pobreza. "O valor de R\$ 600 é bom de divulgação, mas não de desenho."

Especialistas que atuaram na gestão do CadÚnico em governos passados alertaram, em artigo publicado na Folha, para a deturpação da base de dados. A socióloga Leticia Bartholo, que já foi secretária nacional adjunta de Renda da Cidadania, afirma que a reversão do estrago será um imenso desafio para o próximo governo.

"O trabalho que se vai ter é um trabalho que foi feito em 2004", afirma, em referência ao processo de

unificação de cadastros e atualização de informações sobre as famílias beneficiárias de programas de governo. "É um retrocesso de mais de 15 anos."

Segundo Bartholo, a tendência de desmembramento de famílias é reforçada com o adicional de R\$ 200 até o fim do ano, uma vez que a mensagem de um mínimo por família, independentemente do número de integrantes, se mantém.

Ela afirma que a próxima gestão deverá ter como prioridade a retomada do pagamento de um valor mínimo por pessoa, como era feito no Bolsa Família, marca social das gestões petistas. "Pode calibrar valores mais altos para a primeira infância, mas a partir de um desenho que gere mais equidade", diz.

A revisão será ainda mais necessária diante da expectativa de que a elevação do gasto social se mantenha. Além do orçamento de R\$ 89 bilhões para o Auxílio Brasil, o programa terá, com a PEC, R\$ 26 bilhões extras para cinco meses de benefícios ampliados.

Embora o adicional seja temporário, técnicos do governo admitem que será difícil, para qualquer que seja o presidente a partir de 2023, reduzir o montante total do programa. Em termos anuais, a parcela extra significa uma despesa de mais R\$ 62 bilhões.

"A tendência é que o orçamento [do programa] não seja cortado. Teria um programa de R\$ 150 bilhões, ou 1,5% do **PIB** [Produto Interno Bruto]. É muito adequado ter uma proteção social mais abrangente, mas a revisão do desenho se mantém necessária", afirma Bartholo.

Outro problema da proposta, segundo os especialistas, é que ela zera apenas uma das filas de espera pelo Auxílio Brasil: a que existir na data de promulgação da emenda constitucional. Famílias que se cadastrarem ou forem habilitadas a partir do dia seguinte já não terão qualquer garantia de inclusão no programa.

"A fila é o reconhecimento de um direito que as pessoas têm e que não é implementado", afirma Neri.

Bartholo também critica esse ponto. "A preocupação não é genuinamente social. Se fosse, o governo transformaria o programa em um direito permanente [o que extinguiria as filas]."

Embora os números oficiais do Ministério da Cidadania apontem a existência de 764,5 mil famílias na fila do Auxílio Brasil em maio, a Rede Brasileira de Renda Básica estima que esse número possa chegar a mais de 2,5 milhões por causa da "fila da fila", isto é,

brasileiros que têm direito ao benefício, mas ainda aguardam atendimento no Cras (Centro de Referência da Assistência Social) para atualizar o cadastro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49962>

Criptomoedas, ano do perigo (Artigo)

Ronaldo Lemos Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

O mercado de criptomoedas está nervoso. Aliás, qualquer mercado de inovação também está. Desde abril de 2022, o mundo mudou completamente. Os tempos de dinheiro barato, juros e inflação baixos não correspondem mais à realidade.

Empresas que viviam basicamente do dinheiro proveniente de fundos de capital de risco viram a fonte secar. No Brasil, a regra para a maioria das startups está sendo de ajustes e demissões. Apareceu até o site Layoffs Brasil, que está compilando as demissões no setor de inovação. É muita gente boa e qualificada sendo dispensada. A ideia é ajudar na recolocação dessas pessoas. Tudo isso em meio a números dramáticos, com algumas empresas demitindo 400 pessoas de uma vez.

Se as empresas de inovação estão assim, o que dizer então do mercado de cripto? Sem nenhum rodeio, este é um ano em que esse mercado vive risco de morte.

Um sinal claro disso foi o colapso do ecossistema da moeda chamada luna. De moeda especulativa preferida de investidores globais, a luna simplesmente colapsou, e seu valor praticamente desapareceu. Ainda mais grave, essa criptomoeda sustentava uma moeda digital estável atrelada ao dólar chamada UST. A ideia dessas moedas estáveis é justamente ter paridade permanente com o dólar, sem nenhuma flutuação (por isso são chamadas de stablecoins).

Um dos espetáculos mais dramáticos do ano foi acompanhar a stablecoin UST perder sua estabilidade, cambaleiar e logo depois morrer, vaporizando os investimentos de centenas de milhares de pessoas.

A verdade é que esse colapso quase matou todo o mercado de cripto. Para tentar conter a derrocada da UST, os gestores do ecossistema haviam acumulado uma quantidade avassaladora de bitcoins. No desespero, começaram a vender essas reservas, fazendo com que a instabilidade contaminasse o mercado como um todo.

O resultado está aí até agora. O aumento dos juros, conjugado com a percepção de risco sistêmico revelado pelo colapso da luna, derrubou os preços das criptomoedas e tem levado progressivamente à falência fundos que se especializaram em cripto. Apesar de alguns dias positivos, o viés de baixa do

mercado continua, bem como um pessimismo raramente visto, justamente em um mercado que se sustenta em boa parte em cima do entusiasmo dos seus participantes.

E agora? Há alguns movimentos importantes em curso. O primeiro é a regulação. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, chegou a hora de discutir seriamente a regulação desse mercado. Outro movimento diz respeito à valorização de criptomoedas que possuem utilidade e aplicação reais, seja gerando eficiências, seja funcionando como infraestrutura competitiva com relação a outras existentes.

Nesse sentido, as moedas puramente especulativas que não servem para nada (muitas delas chamadas de shitcoins) devem ter um caminho ainda mais turbulento pela frente.

Mas há razões também para otimismo. Processos de tokenização de bens de interesse comum, como energia e carbono, têm hoje uma oportunidade singular. Inclusive o Brasil, com seu potencial verde gigantesco, pode se beneficiar se souber aproveitar a estrutura dos mercados de cripto para alavancar o financiamento global de carbono, serviços ambientais e energia no país.

Em suma, tempos interessantes. É mentira que as palavras crise e oportunidade são representadas pelo mesmo caractere em chinês. Na verdade, a palavra crise contém um caractere que está contido também na palavra oportunidade. Não são a mesma coisa, mas um contém elementos do outro. Essa é uma metáfora mais cautelosa para descrever o mercado de cripto no momento.

Já era Luna e UST

Já é Questionar qual stablecoin é realmente estável

Já vem Regulação do mercado de cripto

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49962>

Endividamento para sobreviver (Editorial)



Tomar um empréstimo para pagar outro virou solução normal para muitos consumidores, forçados a malabarismos financeiros num ambiente de preços altos, dinheiro curto e muita conta pendurada. A busca de crédito por pessoas físicas foi em maio 11,2% maior que um ano antes, segundo a Serasa Experian.

A crescente procura de empréstimos pode parecer estranha, numa fase de juros muito altos e com perspectivas de novos aumentos nos próximos meses. A taxa básica já atingiu 13,25% e deve ser mais uma vez elevada em agosto pelo Banco Central (BC), podendo chegar a 13,50% ou mesmo a 13,75%. O custo para o tomador do financiamento é muito maior, mas, ainda assim, o endividamento cresce como se o dinheiro estivesse muito mais barato.

O aparente mistério é explicável, no entanto, pela própria crise. "Os consumidores, mesmo com a alta da taxa de juros, continuam atuando com o modelo de consumo por necessidade e utilizando o crédito para honrar compromissos financeiros, além de complementar o pagamento de itens e serviços prioritários que não puderam ser pagos com o orçamento mensal habitual", diz o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi. Em outras palavras, o brasileiro se endivida para comer, morar e tocar a vida no dia a dia e para empurrar outras dívidas para a frente.

Em maio, a busca por crédito cresceu nas cinco faixas de renda analisadas. Na mais baixa, com ganho mensal de até R\$ 500, o aumento foi de 11,3% na

comparação interanual. Na segunda mais alta, com renda entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil, a variação foi de 13%, pouco superior à observada no grupo mais abonado (12,9%).

O cenário de grande aperto inclui aumento de inadimplência.

Em abril, também segundo a Serasa Experian, 66,13 milhões de pessoas ficaram com o nome em vermelho. Esse número, recorde na série iniciada em 2016, superou por 3 milhões o de um ano antes. O quadro piorou velozmente a partir de setembro de 2021 e entre dezembro e abril houve um acréscimo de 2 milhões no total de inadimplentes.

O aperto maior dos consumidores coincide com a aceleração da alta de preços, num ambiente de desemprego em torno de 10% da força de trabalho. Nos 12 meses até maio os preços ao consumidor subiram 11,73%, pouco menos que no período encerrado em abril (12,13%). Nos 12 meses até maio de 2021 a alta havia sido de 8,06%. No período terminado em janeiro do ano passado a variação havia ficado em 4,56%.

Com o desarranjo dos preços, o BC apertou sua política, elevando os juros. Com juros mais altos e crédito mais escasso, esperava-se esfriamento dos negócios e redução das pressões inflacionárias. O efeito do aperto é normalmente defasado, mas a persistência da **inflação** tem sido surpreendente, como reconhecem dirigentes da instituição. As incertezas e a instabilidade cambial motivadas pelo presidente da República estão entre os fatores de realimentação inflacionária. Diante da **inflação** resistente, o BC prolonga o aperto de crédito, dificultando a atividade empresarial e complicando a vida de consumidores já endividados.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lira dá aval para unir PECs e acelerar a tramitação

IANDER PORCELLA BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já assinou o despacho para apensar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede uma série de benefícios sociais às vésperas da eleição à PEC dos Biocombustíveis, que já tramitava na Câmara. O aval foi formalizado em documento interno obtido pelo Estadão/Broadcast e foi dado pelo presidente da Câmara na última sexta-feira.

Dessa forma, a tramitação do pacote de medidas sociais será mais rápida.

Ao unir as duas propostas, os deputados farão com que a PEC dos Benefícios pule etapas, já que a tramitação da PEC dos Biocombustíveis já está avançada.

A articulação para unir as propostas foi antecipada pela Coluna do Estadão na quinta e confirmada pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Arthur Maia (União Brasil-BA), na sexta.

REUNIÃO. Hoje Lira vai se reunir com líderes partidários para acertar os detalhes do texto, que será relatado pelo deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). O parlamentar já é relator da PEC dos Biocombustíveis, que mantém a competitividade do etanol frente à gasolina, e foi o autor do projeto de lei que determinou um teto de 17% para o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte coletivo.

"Aceitei com muita tranquilidade a missão de relatar a PEC dos Benefícios, e dar um alento à população neste momento delicado. A fome tem pressa", afirmou Forte.

A PEC que amplia benefícios sociais foi aprovada na quinta-feira no Senado com amplo apoio dos senadores.

No primeiro turno da votação, foram 72 votos favoráveis e 1 contrário. No segundo, o placar foi de 67 a 1. O único senador a votar contra foi José Serra (PSDB-SP). Na visão dele, as medidas ferem a credibilidade fiscal do País. O custo da proposta ficou em R\$ 41,25 bilhões fora do teto de gastos - a regra que limita o crescimento das despesas do governo à

inflação do ano anterior.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PEC será bomba para governo, diz Appy

Rafael Vazquez De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=1§ion=1

Congresso cai na trama de Bolsonaro contra Judiciário

Maria Cristina Fernandes São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=1§ion=1

STF acautela-se sobre PEC dos benefícios

Isadora Peron e Raphael Di Cunto De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=1§ion=1

Raízes fiscais da inflação (Artigo)

Benito Salomão

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187262?page=8§ion=2